

EDUCAÇÃO: REPRODUÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS? ¹

Seli Flesch ²

Resumo

Este artigo aborda um tema já muito debatido e discutido desde seus primeiros teóricos: a educação. Em maior ou menor grau, sempre esteve presente em todas as sociedades. A educação oficial tem como marco inicial a divisão técnica no trabalho. O objetivo deste artigo é verificar a real função da educação na sociedade atual: Ela foi instituída, pensando na formação integral do cidadão ou na preparação do operário ideal com condições de desempenhar as funções determinadas pelo econômico.

Palavras-Chave: Educação, reprodução, transformação, processo de produção e desenvolvimento regional.

Zusammenfassung

Dieser Artikel spricht ein schon sehr debattiertes und umstrittenes Thema na, von den ersten Theoretikern na: die Erziehung. In grösserem oder kleinerem Grad, war es immer in allen Gesellschaften anwesend. Die offizielle Erziehung hat als Grundstein die technische Teilung in der Arbeit. Dieser Artikel beabsichtigt die Nachprüfung der tatsächlichen Rolle der Erziehung in der heutigen Gesellschaft: sie wurde eingesetzt mit Rücksicht auf die gänzliche Bildung des Bürgers oder auf die Vorbereitung des optimalen Arbeiters, der in der Lage sei, die von der Wirtschaft bestimmten Aufgaben zu erfüllen.

Schlüsselwörter: Erziehung, Wiedergabe, Umwandlung, Produktions - und regionalen Entwicklungsverfahren.

¹ Trabalho apresentado na disciplina de Processo de Desenvolvimento (Mestrado em Desenvolvimento Regional/UNISC).

² Mestranda em Desenvolvimento Regional - UNISC. Agradeço à colega Deorides Pontin pela valiosa contribuição na redação deste trabalho.

Neste trabalho, propõe-se a retrospectiva histórica para verificar a forma e o momento em que a educação foi institucionalizada e qual a participação da mesma na reprodução das relações econômicas dadas pelo modo de produção capitalista na sociedade.

Para refletir sobre educação, não há como tomar-se o particular - escola - como objeto da reflexão, visto que ela não é a única responsável no processo. Faz-se necessário compreender a totalidade das suas relações. A escola está atrelada às relações de produção e articula o jogo entre o trabalho e o social.

Se a educação, financiada pelo Poder Público, teve a sua origem oficial atrelada ao processo de produção e se faz necessária para tal, é verdade também, que ela aparece como saída para que todos os cidadãos possam engajar-se na produção. A sociedade capitalista, no entanto, é discriminatória. Nem todos tem vez e voz dentro do processo. Há muitos excluídos do mesmo. Portanto, freqüentar a escola é uma das condições para competir na esfera econômica, apropriando-se do conhecimento que possibilita o acesso ao trabalho, quando há emprego, que é a saída para a sobrevivência.

Na sociedade organizada dentro do sistema capitalista, não existe outra alternativa: ou o cidadão possui os meios de produção, ou vende a força do trabalho (mercadoria) em troca da mercadoria dinheiro.

Na concepção burguesa, o trabalho tem sido tratado como algo abstrato, sem determinação, identificando o trabalhador às coisas, ferramentas e mercadorias. Esta redução, em que o trabalho se identifica como tarefa no mercado de trabalho, não tem permitido que se perceba o trabalho como uma relação social fundamental para a definição do modo humano de existência, não só biológica do mundo das necessidades, mas também, numa dimensão social que envolve valores éticos, culturais, entre outros.

Ao referir-se ao trabalho, Marx, numa das manifestações, comenta que

“... é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio natural com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeças e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes formas úteis à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo, modifica sua própria natureza”. (Citado por CARMO, 1991:57)

A educação deve subsidiar a atuação do homem sobre a natureza, para que

não sirva apenas como instrumento, mas, para que possa interferir, fazendo desta relação algo que lhe dê prazer e realização. Desta feita, satisfaz as necessidades básicas, superando o fazer, onde é objeto, passando a ser sujeito no processo.

A grande contribuição da escola ao trabalhador é oportunizar o acesso ao conhecimento. Desta forma, o trabalho estará contribuindo para a sua liberação. A escola pode ser uma das formas para transmitir ao trabalhador conhecimentos técnicos - científicos, necessários ao controle técnico e social do processo de produção, fornecer instrumentos para que possa explicitar e elaborar o seu saber; liberar a consciência e defender interesses específicos, bem como, propiciar as condições para maior participação sócio-política e compreensão da cultura produzida pela sociedade.

Nas reflexões sobre educação, Antônio Gramsci (1973) diz que ela faz parte da superestrutura, que são instituições criadas para reproduzir e garantir as relações de produção, a partir do campo ideológico e que historicamente foi usada, enquanto trouxe proveito para os grupos que detinham o poder. Se a escola viesse prejudicar esses grupos, não seria permitida, ou ainda, financiada de forma precária, mas, como convém, passa a ser obrigatória.

A política educacional, que é determinada sistematicamente pelo modo de produção da sociedade, está vinculada ao processo econômico. Ela é reformulada e regulamentada de acordo com as exigências de interesses econômicos, os quais exigem a sua reformulação, sempre dando sustentação e reforçando as políticas econômicas em vigor, que estão a serviço dos interesses do capital.

Em 1766, na França, La Chalotais confirma dizendo que

“Nunca houve tantos estudantes como hoje. Inclusive gente do povo quer estudar ... Ensinam a ler e escrever a gente que só deveria aprender a manejar instrumentos ... O bem da sociedade exige que o conhecimento das gentes não vá mais longe do que é necessário para a sua própria ocupação diária. Todo homem que saiba além de sua rotina diária, não será nunca capaz de continuar paciente e atentamente esta rotina...” (Citado por GUARESCHI, 1986:70)

E Bernard de Mandeville, no séc. XVIII, escrevia:

“A fim de se conseguir, mesmo em circunstâncias difíceis, uma sociedade harmônica e um povo dócil, nada melhor do que a existência de um grande número de analfabetos e de

pobres; os conhecimentos alargam e multiplicam os desejos, e quanto menos coisas uma pessoa desejar, mais fácil lhe será obtê-las".(Citado por GUARESCHI, 1986:71)

Na Inglaterra, em 1887, um projeto de dar escolas a todos foi derrubado na câmara dos lordes e entre outras razões estavam estas:

"Em vez de ensinar-lhes subordinação, (a escola) os tornaria facciosos e rebeldes ... Poderiam ler panfletos sediciosos, livros perigosos ... Tornaria - os insolentes ante seus superiores; em poucos anos, o resultado disso forçaria o governo a utilizar a força contra eles".(Citado por GUARESCHI, 1986:71)

Para compreender melhor este processo, faz-se necessário analisar o papel que coube à educação em cada época . A fragmentação da educação começou com a introdução da divisão técnica (maquinaria) na sociedade, a qual causou o esfacelamento qualitativo do homem. Na sociedade natural "a prática educativa consistia na aquisição de instrumentos de trabalho e na interiorização de valores e comportamentos, enquanto o meio ambiente, em seu conjunto, era um contexto permanente de formação... Aprendia-se fazendo, o que tornava inseparáveis o saber, a vida e o trabalho." (FREIRE, p:23 e 25).

Os pressupostos de cada época retratam o que se espera da educação e qual o papel que deve desempenhar. Eles sofrem as mudanças, na medida em que educação se torna necessária ao sistema.

Já em 1934, a escola primária passou a ser obrigatória na maioria desses países, como dizia um jornal dos professores da França na época, citado por Guareschi (1986),

"Nós, os educadores franceses, sabemos aproveitar todas e cada uma das ocasiões que se nos apresentam para inspirar nos alunos um ardente amor à Pátria ... Quando ensinamos geografia, nunca esquecemos de incutir na criança como é formosa, rica e fértil a nossa França; ... Fazer patriotas sinceros é também a nossa meta".(GUARESCHI, 1986, p.71)

Os objetivos, estabelecidos através de pareceres e leis, da escola pública têm o propósito pré-estabelecido da servidão, visando adequar esta escola para que sirva aos interesses dos poderosos. Se a escola lhes convém, é obrigatória durante todo o tempo necessário; se os atrapalhar, cai no descaso.

Esta relação escola, capital e sociedade, do século XVIII ao Século XX, não mudou. No século XX, segue com leis e projetos voltados à reprodução do sistema, seguindo os interesses do capital. Criam-se leis e Parâmetros Curriculares nacionais com o intuito de unificar a educação, que é pública, gratuita e obrigatória, conforme consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 9.394, 1996), no Art. 4º:

"ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade própria... progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino..."

Resultou da V Reunião do Comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal de Educação na América Latina e Caribe (1993) a decisão de melhorar os níveis globais da qualidade da aprendizagem. A qualidade e a quantidade da oferta educativa foram entendidas como passos efetivos para a integração do cidadão e para o desenvolvimento de sociedades situadas na competitividade econômica internacional. A este propósito, há todo um reforço na ordem econômica como principal decorrência do processo educativo. Todas as recomendações contém essa preocupação expressa como:

"o êxito dos países da região para inserir-se na economia internacional dependerá da modernização de seus sistemas educacionais ... conferir papel central à educação nas novas estratégias de desenvolvimento sustentável"(Declaração de Santiago, MEC, 1993, p.9)

Percebe-se claramente, nesta passagem citada, que o econômico determina o educacional. A concepção da educação aparece como um bem de investimento, mediante um processo de globalização e internacionalização da economia cada vez mais tecnológico, o qual exige um trabalhador qualificado para o trabalho e não para o processo libertador.

EDUCAÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO - ALIENAÇÃO E EXPLORAÇÃO

Na divisão do trabalho, a complexidade da sociedade gera o aumento do grau de especialização, que propicia maior produtividade. Já a diversificação das tarefas específicas, bem como dos produtos, é estimulada pela capacidade de troca dos indivíduos. Provoca ainda a diferenciação de capacidades e talentos

individuais, separando e classificando-os. Tais fatos são justificados ideologicamente pela divisão social e gestadas pela educação.

Esta classificação é reproduzida pela escola, que adota o mesmo sistema em relação aos alunos, pelo seu rendimento, fragmenta o conhecimento quando compartimentaliza os conteúdos e disciplinas, desligados do mundo, da realidade cotidiana e da realidade política, o que, por sua vez, impede a visão conjuntural necessária para que o aluno possa se apropriar do saber significativo e globalizado, interagindo na realidade.

Pelo processo de educação, segundo os seus critérios de classificação, é impedido o desenvolvimento das habilidades humanas. Fecha-se-lhe o universo de habilidades que poderiam ser desenvolvidas, inclusive a partir da divisão do trabalho. Apesar das diversificações de tarefas existentes, o seu desempenho exige informações ópticas, para o pleno domínio da execução, ou seja, os parâmetros de produtividade do capitalismo constituem-se na eficácia, eficiência e na efetividade. Este também é um fator discriminatório, que não contempla a sociedade como um todo. Se a preocupação fosse com os cidadãos, haveria um planejamento integratório, considerando as diferenças individuais, evitando a exclusão dos indivíduos com menor potencial, ou ainda, que apresentam deficiência.

Com o avanço da divisão do trabalho na sociedade capitalista, torna-se cada vez mais evidente a contradição em relação aos trabalhadores portadores de deficiência visual. De um lado, setores de algumas linhas de produção permitem a concretização do desempenho do trabalho em razão da sua especificidade, sua parcelização de acesso. Por outro lado, o processo de produção, voltou-se para o homem visual, enquanto força de trabalho e enquanto consumidor. Tanto a tecnologia industrial como a burocracia, presentes na máquina e nos serviços, complexificam a plena atuação desse homem. Nesta "não comunicação", milhares de suas necessidades diretamente ligadas aos produtos do trabalho não podem ser satisfeitas, tendo em vista a reduzidíssima força de trabalho que pode oferecer e compor.

Na educação, estas necessidades criadas pelo sistema são acolhidas e reproduzidas. Na sala de aula, a ideologia dominante é trabalhada e inculcada no aluno para produzir o trabalhador idealizado pelo capitalismo. E mais, se há trabalho, este está voltado para o cidadão com plenas condições, dito normal. O portador de deficiência já é excluído do processo na sala de aula.

Bárbara Freitag (1984), reforça, dizendo que

"A escola, na medida em que qualifica os indivíduos para o trabalho, inculca-lhes uma certa ideologia que os faz aceitar a sua condição de classe, sujeitando-os ao mesmo tempo ao

esquema de dominação vigente. ... transmite as formas de justificação da divisão do trabalho vigente, levando os indivíduos a aceitarem com docilidade, sua condição de explorados, ou a adquirirem o instrumental necessário para a exploração da classe dominada".(FREITAG, 1984 p. 34)

EDUCAÇÃO - REPRODUÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO

A escola não reproduz mecânica e linearmente a sociedade, nem para cima da estrutura de base da sociedade, mas articula-se contraditoriamente com a historicidade das relações sociais, de onde emerge como produto.

Nenhuma escola é neutra, todas as escolas têm uma postura política. No momento do planejamento, no conteúdo, na organização e através de todo o seu sistema didático-pedagógico, faz política. Por isso, a escola deve ser um local diferente daquele previsto: ao invés de inculcar idéias, deve debater-las e ser o lugar onde o aluno tem a oportunidade de se expressar, refazer conceitos e apropriar-se dos conhecimentos.

Segundo Paulo Freire (1980), a educação desempenha o papel de inculcar a ideologia dominante, reforçando a dominação na sociedade capitalista, desenvolvendo nos alunos a postura de dominado, para desempenhar funções que garantam a reprodução social.

Lembra ainda (Paulo Freire, 1980) que são as exigências do sistema produtivo, do modo de produção, que determinam, em cada momento histórico e em cada contexto sócio-cultural, quais são os conhecimentos e aptidões que devem ser adquiridos e quais são os valores e modos de comportamento que devem ser inculcados nos alunos; o saber norteador da escola é sempre aquele já existente, na sociedade, em cada época, sobre uma base material que lhe dê sustentação, explicação e compreensão do papel e da função próprios da escola.

Transformar a ordem objetiva do sistema educacional e político é uma questão crucial a ser viabilizada, não apenas pela escola, como também por toda a sociedade. Constitui papel de todos os homens, uma vez que o conhecimento base da sociedade é o mesmo que a explica. Neste contexto, só uma educação ampla, crítica e criativa pode propiciar a passagem do homem de um ramo a outros, segundo as necessidades e inclinações do processo de produção e das possibilidades humanas. (Marx e Engels, 1976, p. 95).

Marx, citado por Palácios, aponta o caminho para a superação da fragmentação do homem:

“O trabalhador, o homem, deve possuir uma formação polivalente, sendo possível empregar-se em qualquer trabalho. Isto permite pensar os fundamentos de uma formação intelectual em função de uma atividade tão universal quanto possível”. (PALÁCIOS, 1984, p. 342)

Somente o homem amplamente desenvolvido, com múltiplas possibilidades, pode tomar parte no processo de produção do trabalho e de si próprio, bem como da produção social. O homem parcial e unilateral é produto da divisão do trabalho que contrapõe as atividades intelectuais às materiais, gozo ao trabalho, e produção ao consumo. Contrariamente, o homem polivalente e pleno faz a síntese entre a sua força de trabalho, a situação social e a consciência. A sociedade capitalista só oferecerá recursos educacionais, na exata medida do necessário para a produção. Segundo Paulo Ricardo Roos (1993), para se obter avanços na área educacional, cita que:

“São necessárias pressões constantes da sociedade civil organizada no sentido de minimizar as condições objetivas desfavoráveis. Algum tipo de investimento, embora insuficiente, acaba sendo realizado. Isto satisfaz uma pequena minoria privilegiada. Provoca-se um processo aparente de humanização, através de ínfimas concessões materiais para a participação na produção social”. (ROOS, 1993, p.278)

De fato, o homem atual, produto da divisão do trabalho, depende somente de um ramo da produção, está amarrado e é esgotado por ele, pois, só conhece um aspecto de toda a produção. A divisão do trabalho não é somente a base da divisão da sociedade, mas a causa da estranheza, escravidão ao homem e não admite o acesso universal à materialidade social.

Segundo este ponto de vista, só interessa a atividade física, enquanto que o intelectual fica relegado para o segundo plano, condenando-o a deixar extinguir-se de todas as forças criadoras. Tal ação provoca um efeito embrutecedor sobre seu organismo e sobre suas faculdades mentais. Assim, o homem não pensa a ação, apenas é um mero executor de tarefas, reduzindo a sua capacidade de orientar-se criticamente, no processo de trabalho e na produção social.

FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO E CONTEÚDOS

A educação polivalente precisa abranger os aspectos mentais, físicos, tecnológicos e politécnicos, de modo a oferecer os princípios gerais de todos os processos de produção. No eixo da materialidade, no momento presente, a questão crucial é compreender qual o conteúdo que deve marcar fundamentalmente a formação desse homem, fruto e agente dessa sociedade. O homem exigido pelo nosso tempo é aquele que domina o prático, teórico e o conhecimento científico, porque deve saber planejar a tarefa, como também, executá-la. A tarefa que lhe cabe, nesse sentido, não consiste apenas em inserir-se no sistema regular de educação, considerado padrão da sociedade, mas dominar todos os recursos e técnicas, elaboradas ou existentes, de modo a colocar-se lado a lado, com os demais agentes da construção social.

EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

A educação não existe apenas para reproduzir as desigualdades sociais – desumanização – mas também pode iniciar um movimento contraditório de transformação – humanização – atuando sobre as manifestações das estruturas de base da sociedade e, de algum modo, intervir sobre elas.

Contudo, se a educação foi instituída, visando a reprodução das desigualdades sociais, cujas condições de exploração, criadas pelo Estado e financiadas por ele, contraditoriamente, ela também tem força transformadora. Nessa atividade social, é possível questionar a educação e seus compromissos com a exploração e dominação de classe. É preciso questionar aquela educação que visa apenas enquadrar o indivíduo em alguns papéis sociais. Essa educação não apenas fragmenta, desumaniza e marginaliza do trabalho social o ser distinto, mas também pode contribuir à superação das limitações dadas individual e socialmente, através de sua força contraditoriamente libertadora. Ela pode assumir força política e servir como instrumento de luta, buscando a transformação social, uma sociedade mais justa e promover o desenvolvimento regional, com projetos de inclusão, qualidade de vida e com baixo índice de exploração do capital sobre o trabalho.

Somente um trabalho pedagógico comprometido, técnica e politicamente, com todos os indivíduos, relacionado com a posição que ocupa na sociedade, poderá ser considerado a serviço da cidadania. Um trabalho assim, comprometido com o social, leva à compreensão da realidade, quanto às desigualdades de acesso à materialidade social e ao lugar que os indivíduos ocupam no processo de

produção e permite aos constituintes desse trabalho conduzir e produzir a "vida", segundo seus reais interesses de classe trabalhadora.

O grande desafio e a grande luta que a história nos coloca é a busca da humanização do homem e a busca de uma sociedade mais justa, onde não haja opressores e oprimidos, dominação e alienação, onde todos possam ter o poder de agir e dividirem a materialidade possível, determinante do saber dos homens, tendo como uma das ferramentas, para superar este desafio, a educação.

Segundo a professora Vânia Beatriz Merlotti Herédita (1995), que aborda questões relacionadas ao conceito de qualidade total, a vinculação entre o processo produtivo e a educação é necessária e assim se expressa:

"A educação não tem apenas a função de preparar para o trabalho, mas de preparar o indivíduo para a vida em sociedade. A escola teve, por muitas décadas, o objetivo de formar mão-de-obra para o processo industrial, mas hoje ela deve repensar a si mesma para garantir sua legitimidade social". (HERÉDITA, *Qualidade em educação*, 1995, p. 19 - 25)

O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO

Se a escola reproduz a hegemonia burguesa, ela não é um simples reflexo da sociedade, mas pode e deve tornar-se também um instrumento valioso para a instauração de uma nova hegemonia e de um novo bloco histórico. Essa hegemonia se realiza quando a classe dirigente consegue silenciar o discurso crítico, levando os subalternos a assumirem sua situação de classe, como se fosse o produto de uma escolha livre, única e verdadeira. Esta visão de mundo da classe dominante, que se reproduz na divisão social do trabalho, sob o manto da livre escolha, do conhecimento científico, do avanço tecnológico e da racionalidade administrativa.

Na sociedade capitalista, há sempre, por mais reduzidos que sejam, momentos de liberdade, possibilidades de crítica, de desvendamento da contradição social, de organização das classes oprimidas e isto não pode ser desconhecido ou subestimado pelo educador que pretende trabalhar efetivamente a serviço das camadas populares, com a contra-ideologia. Portanto, é sempre possível um trabalho pedagógico voltado para o questionamento, a crítica, o registro da história verdadeira, a organização das classes subalternas, a sua instrumentação técnico-científica, que é fundamental, para a criação de uma sociedade, que seja de fato o reino da liberdade.

Assumir a luta, que visa a superação da divisão social, é fundamental para a reversão do quadro político que se apresenta. A apreensão da história, não como um processo linear e horizontal, mas fundado na contradição, enfim, com o campo dos possíveis, não pode, de modo algum, fundamentar uma perspectiva fatalista, determinista, mas apenas a esperança concreta, que antevê na servidão o germe da libertação. O fazer pedagógico precisa estar vinculado à realidade concreta e à compreensão de mundo. Neste caso, a leitura em sala de aula deve ser a interpretação do mundo com as contradições próprias do sistema.

Para compreender as relações econômicas no mundo e a dinâmica da sua organização, é fundamental a prática pedagógica. Dinizar Becker (1996) fala

"que existe um movimento geral de globalização da economia, que se caracteriza pelo primado do econômico, considerando os demais aspectos da vida humana como meio, liderado pelos países do primeiro mundo. Por outro lado, reaparece o processo de regionalização sócio-cultural, que se caracteriza pela defesa dos recursos naturais, culturais e pela busca de alternativas para sobreviver ao processo de globalização." (Becker, 1996).

Consciência crítica não é algo que pode ser doado por algum iluminado e também não surge espontaneamente. É através da luta, do trabalho coletivo, da ocupação e participação efetiva nos espaços da sociedade civil, que educadores e educandos criam condições para o seu aparecimento. No processo educacional, os trabalhadores na educação são peça fundamental no desvelamento da conjuntura econômica, que tem sistematicamente se apropriado do trabalhador como objeto. Comprometer-se politicamente é determinante: ou reproduz a sociedade tal como se apresenta, ou tenta intervir, desmistificando o processo de dominação.

Em nível de região, a prática pedagógica planejada pelo professor deve ter o propósito de engajar-se na produção da contra-hegemonia, com estratégias competitivas voltadas ao regional, em detrimento do global, contribuindo na formação do cidadão crítico do sistema, mais humano nas relações, com a possibilidade de integração dos diferentes, priorizando o social e fazendo do econômico, o meio necessário para sobreviver.

A INTERDISCIPLINARIDADE COMO ALTERNATIVA

Segundo Edson Roberto Oiagen (1996), quando se analisa a questão da competitividade e do desenvolvimento regional, enfocando a educação, se verifica que ela pertence ao projeto político da sociedade, onde aparece como gestora da cidadania, da democracia e da participação. O povo pode crescer apesar da educação; mas não se desenvolve sem ela. Desta forma, cria-se uma vinculação entre educação e desenvolvimento. Observa também, que a questão do desenvolvimento e da competitividade é uma questão interdisciplinar, pois se caracteriza por vários aspectos, que se desenvolvidos e vivenciados, possibilitariam a visão de mundo não - compartimentalizados. (Oiagen, 1996).

Planejar o processo pedagógico, pensando a interdisciplinaridade, proporciona ao aluno a visão globalizada, possibilitando desta forma a compreensão dos fatos sociais e a interpretação do conjunto das comunicações. Sobre o tema, Wernek, citado por Clíce Capelossi Haddad, diz que:

“Ao pensar em interdisciplinaridade, podemos pensá-la sob dois aspectos. Um que se refere à intenção do professor e suas possibilidades; e um outro às características do conteúdo a ser estudado. Quanto ao professor, podemos pensar que a interdisciplinaridade se constrói a partir do modo de como ele vê o mundo, de sua vivência, sua experiência, seu envolvimento e principalmente de seu conhecimento sobre o conteúdo em questão. Ter uma atitude interdisciplinar, portanto, é ter uma mudança de concepção de ensino porque vem quebrar uma estrutura de ensino secular, fundamentada no isolamento das disciplinas, que orientava o papel do professor, como se cada matéria não tivesse relação com as outras”. (Silva, L. H. e Azevedo, J. C. (Orgs.), p. 54, 1995).

A proposta subjacente na interdisciplinaridade é a superação da fragmentação do conhecimento. Historicamente, a educação reproduziu o modo de produção capitalista, iniciada com a introdução da manufatura, fragmentando o conhecimento do homem na produção.

A educação, como uma das alternativas para o desenvolvimento regional, aponta para a vinculação da educação com o meio sócio-político e cultural; tendo o homem como o centro, com ações interativas, abordando as formas e a importância da construção permanente do conhecimento, em todos os campos das ciências e respeitadas suas características próprias.

O papel da educação, e por consequência do professor, é ter a capacidade

de agir, com embasamento político suficiente, nas transformações necessárias para a promoção do bem comum na atual sociedade, colaborando para a redução da exploração do capital sobre o humano.

Nesta reflexão que envolve educação, trabalho e modo de produção, tenta encontrar alternativas possíveis, para a superação do sistema de exploração selvagem e ressaltar o regional, em detrimento do global. A universidade tem uma função muito especial, formar profissionais comprometidos com os projetos voltados para o social.

Sobre a participação da Universidade no projeto de desenvolvimento regional, Edson Oiagen (1996), faz um pronunciamento significativo:

“A participação da Universidade, através da Educação, no projeto de desenvolvimento regional, deve estar atenta à produção de uma cultura alicerçada em valores éticos e morais permanentes e verdadeiros, ressaltando entre eles o democrático. A democracia interna e social tem amparo na sociedade, no entanto, não pode ser demagógica e nem populista: a verdadeira democracia significa conviver bem com os diferentes, pois dessa maneira a Educação cumpre o seu papel no Desenvolvimento Regional.” (Oiagen, 1996).

Para concluir, o papel do educador na sociedade independe da função para a qual a escola foi instituída. A este compete trabalhar o conhecimento vinculado à realidade, desvendando-a na busca da sociedade mais humana e justa para o conjunto da população. Sobre o processo educativo, Paulo Roos (1993) afirma que

“Todo processo educativo que não viabiliza ao homem apropriar-se das mediações históricas não passa de uma dissimulação, de falseamento da realidade. Não basta educar o homem sem a garantia correspondente de vê-lo produzindo, e conseqüentemente humanizando-se. Educá-lo e posteriormente negar-lhe a capacidade de ser, significa negar o próprio processo de educação, significa auto-negação histórica” (Roos, 1993, p. 309).

Por derradeiro, a luta pela qualidade da educação e pela integração é pedagógica e social, de forma concomitante. Um espaço de apropriação do saber, centrado na necessidade dos educandos, na busca do pleno desenvolvimento de suas potencialidades, na construção de uma sociedade integratória.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Israel Belo de. *O prazer da Produção Científica*. 5.ed. Piracicaba: Editora Unimep, 1997. 206 p.
- BECKER, Dinizar Fermiano. Competitividade: um novo padrão de desenvolvimento regional. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v.1, n.1, p. 9-55, jul. 1996.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues *et al.* *O Educador: Vida e Morte*. 6.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. 1996.
- CARMO, Apolônio Abadio. *Deficiência Física: A sociedade Brasileira cria, "recupera" e discrimina*. 2. ed. Brasília: Secretaria dos Desportos/PR, 1991. 230 p.
- CARVALHO, Rosita Edler. *A nova LDB e a Educação Especial*. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 142 p.
- DECLARAÇÃO DE SANTIAGO, In Promedlac V. MEC, 1993.
- FREIRE, Paulo. *Cuidado, Escola! - desigualdade, domesticação e algumas saídas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- GENTILLI, Pablo A. A., SILVA, Tomaz Tadeu. *Neoliberalismo, Qualidade Total e educação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GRAMSCI, Antônio. *II Materialismo Storico*. Roma: Riuniti, 1973.
- GUARESCHI, Pedrinho A. *Sociologia Crítica - alternativas de mudanças*. 12. ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1986. 124 p.
- HERÉDITA, Vânia Beatriz Merlotti. *Dilemas da Globalização*. Passo Fundo: Universidade Educação Básica, 1997. 148 p. (Série Interinstitucional).
- LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da Escola Pública*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- OAIGEN, Edson Roberto. Competitividade e desenvolvimento regional: o papel da educação no processo. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v.1, n.1, p. 61-64, 1996.
- PALÁCIOS, Jesus. *La cuestión escolar*. Barcelona: Laia, 1984.

- ROOS, Paulo Ricardo. *A Categoria do Trabalho como Pressuposto Histórico - Social do Homem Não - Visual*. Curitiba, 1993, 321 p. (Dissertação - Mestrado em Educação - Universidade Federal do Paraná).
- SASSAKI, Romeu Kazumi. *INCLUSÃO - construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 176 p.
- SILVA, Luiz Heron, AZEVEDO, José Clóvis. *Paixão de Aprender II*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- WERNEK, Hamilton. *Se você finge que ensina, eu finjo que aprendo*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.